

Economia-
Brasil

A dura tarefa do próximo presidente do Brasil

Álvaro Bandeira
redacao@brasilconomico.com.br

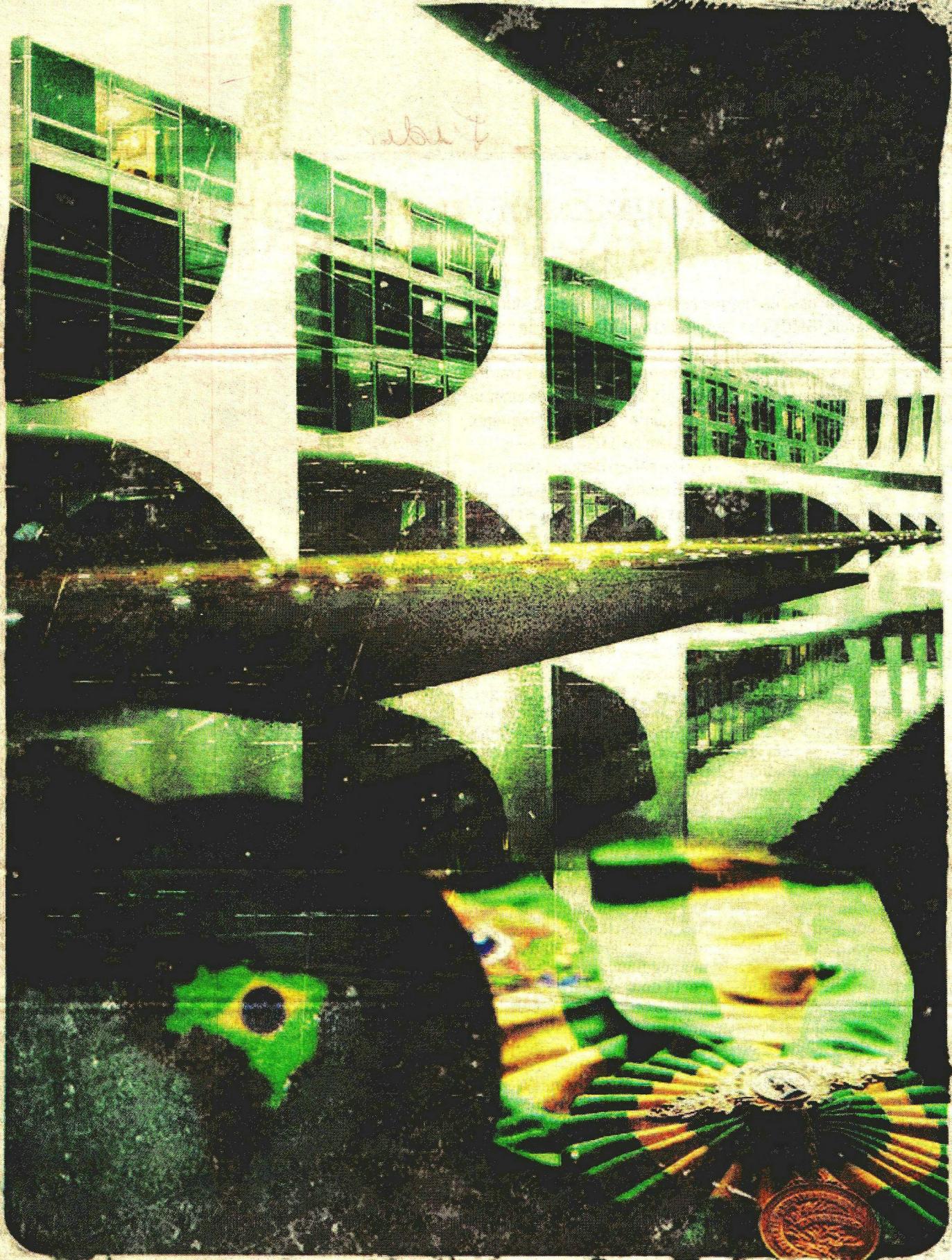
O clima que antecede as próximas eleições para presidente se assemelha com o clima de 2002, quando a sociedade pedia mudanças na política econômica e o então candidato Lula não correspondia a esses anseios. Bastou designar uma equipe econômica comandada por Palocci e divulgar a carta de cinco pontos, para o clima mudar, interromper a escalada do dólar e os empresários e investidores ficarem mais tranquilos.

As eleições de 2014 incorporam igualmente expectativas de mudanças na condução do país, com um ponto diferencial nevrágico. É o segundo mandato da presidente Dilma que mais assusta, em vez de um novo presidente. Tal qual lá em 2002, bastaria que a presidente-candidata Dilma tranquilizasse a sociedade, empresários e investidores, explicitando seu programa de governo e rumos da economia. Melhor ainda que o debate entre os candidatos saísse do lugar comum de frases de efeito para discutir concretamente os rumos da nação.

Seguimos afirmando que independente do que será feito ou não por cada um dos candidatos, o mais importante seria produzir um choque de credibilidade, já que os próximos anos serão de fortes ajustes da política econômica e monetária. Assim, melhor seria que cada um colocasse publicamente como abordarão alguns temas.

Para começar, qual será o tratamento dado para a inflação? O país convive com inflação alta e acima do teto da metade e a convergência para o centro da metade em 4,5% não ocorrerá nem mesmo em 2015, segundo o próprio Banco Central. Possivelmente, poderemos ter inflação até maior, caso o novo presidente destrave alguns preços administrados. Só para citar, já temos o petróleo defasado em mais de 15% e as tarifas de energia, cuja Aneel tem autorizado aumentos até superiores a isso.

Continuando, o próximo presidente terá que se debruçar sobre as contas públicas. As receitas não crescem por conta da economia quase estagnada e as despesas são elevadas. Por conseguinte, entramos numa roda viva de contabilidade criativa para atingir metas traçadas pelo próprio governo que dificilmente serão atingidas. A



O próximo presidente terá que se deparar com inúmeros desafios que vão comprometer pelo menos seu primeiro ano de mandato. Isso tem que ficar claro para a sociedade

meta de superávit primário de 1,9% do PIB em 2014 não deve ser atingida sem uso dessa contabilidade, já que, em 12 meses até junho, estamos em 1,36%. Já o déficit nominal está em 3,63% do PIB, quando a União Europeia recomenda para a região o patamar de 3%. O mesmo ocorre com o nível de endividamento quando nos avizinhamos de 60% (dívida bruta), mesmo patamar recomendado pela União Europeia.

O próximo presidente terá também que destravar o crescimento econômico, acelerando a taxa de investimento sobre o PIB (atualmente em queda), redimensionando a política tributária com carga menor e estimulando investimentos em infraestrutura. Tudo isso força o chamado custo Brasil e impede maior competitividade e produtividade de nossas empresas. A postura do gover-

no em criar "campeões nacionais e multinacionais brasileiros" se mostrou danova, assim como as desonerações setoriais já não incorporam os mesmos benefícios de outrora e a interferência governamental e crescente presença do Estado afasta os investidores.

Assim, o próximo presidente, seja ele quem for, terá que se deparar com inúmeros desafios que vão comprometer pelo menos seu primeiro ano de mandato. Isso tem que ficar absolutamente claro para a sociedade, mas também parece inadiável.

Voltamos ao ponto original: é preciso fazer a economia retornar para o rumo do crescimento econômico, atraindo investidores estrangeiros e empreendedores locais.

Álvaro Bandeira é economista-chefe da Órama Investimentos